

Universidades Lusíada

Simões, João Carlos Marques, 2000-

Do descobrimento e colonização de São Tomé e Príncipe à sua independência e caminhos atuais da sua política externa

<http://hdl.handle.net/11067/8291>

<https://doi.org/10.34628/2FZ0-AE27>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

O presente artigo analisa a descoberta, colonização e descolonização de São Tomé e Príncipe, contextualizando o arquipélago no quadro da expansão colonial portuguesa e da partilha de África no século XIX. A investigação destaca a dinâmica histórica das três fases da colonização: a produção de açúcar, a economia negreira e a exploração de cacau e café, sublinhando a importância económica, social e estratégica destas atividades para o império português. O estudo aborda também o processo de indepen...

This article analyses the discovery, colonisation and decolonisation of São Tomé and Príncipe, contextualising the archipelago within framework of Portuguese colonial expansion and the partition of Africa in the 19th century. The research highlights the historical dynamics of the three phases of colonisation: sugar production, the slave economy, and the exploitation of cocoa and coffee, emphasising the economic, social, and strategic importance of these activities for the Portuguese empire. The ...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

São Tomé e Príncipe - Política externa - História, São Tomé e Príncipe - História, Portugal - Colónias - História - São Tomé e Príncipe

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 31 (2026)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T01:43:28Z com informação proveniente do Repositório



JOÃO CARLOS MARQUES SIMÕES

joaosimoes3939@gmail.com

0000-0002-7859-4668

Submetido em 17/02/2025 • Aprovado em 26/04/2025 • Publicado em 17/11/2025

DO DESCOBRIMENTO E COLONIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À SUA INDEPENDÊNCIA E CAMINHOS ATUAIS DA SUA POLÍTICA EXTERNA

FROM THE DISCOVERY AND COLONISATION OF SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE
TO ITS INDEPENDENCE AND CURRENT FOREIGN POLICY PATHS

10.34628/B5XD-PG90

Resumo: O presente artigo analisa a descoberta, colonização e descolonização de São Tomé e Príncipe, contextualizando o arquipélago no quadro da expansão colonial portuguesa e da partilha de África no século XIX. A investigação destaca a dinâmica histórica das três fases da colonização: a produção de açúcar, a economia negreira e a exploração de cacau e café, sublinhando a importância económica, social e estratégica destas atividades para o império português. O estudo aborda também o processo de independência, marcado pela emergência de movimentos nacionalistas, repressão colonial e consolidação do MLSTP, e examina a transição para um regime democrático multipartidário. Adicionalmente, o artigo discute a política externa contemporânea de São Tomé e Príncipe, evidenciando o seu pragmatismo diplomático, as relações estratégicas com a China, Nigéria e parceiros lusófonos, e a crescente centralidade das questões ambientais, energéticas e de segurança marítima. O estudo enfatiza a vulnerabilidade do país face às alterações climáticas, à erosão costeira, e à degradação dos ecossistemas marinhos, destacando a utilização de instrumentos internacionais de cooperação e financiamento climático como plataforma de diplomacia e desenvolvimento sustentável, bem como enfatiza as questões de segurança marítima e energética, com destaque para o combate à pirataria. Conclui-se que a trajetória histórica e colonial moldou profundamente as estruturas políticas, económicas e sociais do arquipélago, influenciando a sua posição geoestratégica e política externa contemporânea.

Palavras-chave: Colonização; Golfo da Guiné; Política externa; São Tomé e Príncipe..

Abstract: This article analyses the discovery, colonisation and decolonisation of São Tomé and Príncipe, contextualising the archipelago within the framework of Portuguese colonial expansion and the partition of Africa in the 19th century. The research highlights the historical dynamics of the three phases of colonisation: sugar production, the slave economy, and the exploitation of cocoa and coffee, emphasising the economic, social, and strategic importance of these activities for the Portuguese empire. The study also addresses the process of independence, marked by the emergence of nationalist movements, colonial repression and the consolidation of the MLSTP, and examines the transition to a multiparty democratic regime. In addition, the article discusses the contemporary foreign policy of São Tomé and Príncipe, highlighting its diplomatic pragmatism, strategic relations with China, Nigeria and Portuguese-speaking partners, and the growing centrality of environmental, energy and maritime security issues. The study highlights the country's vulnerability to climate change, coastal erosion, and the degradation of marine ecosystems, emphasising the use of international instruments for cooperation and climate financing as a platform for diplomacy and sustainable development. It also emphasises maritime and energy security issues, with a focus on combating piracy. It concludes that the historical and colonial trajectory has profoundly shaped the political, economic, and social structures of the archipelago, influencing its geostrategic position and contemporary foreign policy.

Keywords: Colonisation; Gulf of Guinea; Foreign policy; São Tomé and Príncipe.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Original Texto submetido à plataforma de detecção de similaridade e plágio OURIGINAL.

Os textos que constituem esta obra seguem, por decisão do respetivo autor, a antiga ou a atual grafia.

O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade do seu autor e não vincula a Fundação Minerva | Universidade Lusíada.

Introdução

A expansão colonial europeia, ocorre em duas vagas, a primeira vaga, de natureza renascentista e patrocinada pelos Papas Católicos, tem por objetivo fortalecer a República Cristã e, nesse sentido, servindo em parte como mote para o expansionismo ibérico. Já, a segunda vaga, surge no contexto da Europa do século XIX, caracterizada por uma nova competição de natureza nacionalista e, associada ao desenvolvimento capitalista e tecnológico.¹

Entre 1884 e 1885, em meio à segunda vaga de expansão colonial, dá-se a Conferência de Berlim, com o objetivo de estabelecer regras para a ocupação e partilha da África. O continente africano, até então pouco explorado, foi dividido em zonas de influência entre as potências europeias, num processo que ignorou as realidades étnicas e culturais locais. Esta conferência institucionalizou a chamada “partilha de África”, marcando o auge do imperialismo europeu e o início de uma nova fase de dominação colonial direta.²

Até então, grande parte do continente permanecia fora do domínio europeu. A conferência instituiu o princípio de ocupação efetiva, pelo qual um território só seria reconhecido como colônia de uma potência, se esta demonstrasse presença administrativa e militar no local.³

A partilha de África consistiu num redesenhar arbitrário do mapa africano, traçando-se fronteiras sem consideração pelas fronteiras étnicas, linguísticas e culturais. Processo que destruiu estruturas políticas locais e, impôs novas economias coloniais orientadas para a exportação e o enriquecimento da potência colonizadora e, gerando problemas sociopolíticos e securitários que ainda hoje afligem as populações locais.⁴

¹ Lara, A. d. S. (2014). *Colonização Moderna, Descolonização e Dependência*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Milza, P. (2017). *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*. Edições70.

² Januário, R., & Gameiro, A. (2016). *A Globalização e a Geopolítica Internacional*. Escolar Editora; Pavia, J. F. (2023). *Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões*. Quid Juris; Moreira, R. (2004). África: um continente perdido? *Lusíada. Relações Internacionais*. Porto, 5, 175–186.

³ Caetano, M. (1971). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Edições Ática.

⁴ Motta, C. C. L. S. (2000). Paz e Conflito em África. *Lusíada. Relações Internacionais*. Porto, 1, 51–57; Moreira, R. (2004). África: um continente perdido? *Lusíada. Relações Internacionais*. Porto, 5, 175–186; Pavia, J. F. (2021). Nation State and Armed Conflicts. *Academia Letters*, 1–5; Pavia, J. F. (2023).

Também a colonização portuguesa ocorre em fases, fases essas que se sobrepõem temporalmente, atribuindo a dinâmica de continuidade que caracteriza o colonialismo português. Ainda assim, destacam-se quatro fases de construção e evolução do império português: (i) a expansão para o Norte de África; (ii) a chegada à Índia e o início da construção do Império Português Asiático; (iii) a conquista e a exploração do Brasil; (iv) e a colonização africana. Destas quatro fases, é de destacar a particular sobreposição temporal das últimas três.⁵

Ao longo deste artigo, iremos analisar o descobrimento e a colonização de São Tomé e Príncipe. Como veremos adiante, a colonização inicial de São Tomé e Príncipe é caracterizada pelo desinteresse das elites portuguesas governantes, tornando-se mais tarde um importante centro de produção de cacau, açúcar e outros produtos alimentares, bem como um importante centro de comércio negreiro.

O artigo está dividido em cinco secções, na primeira secção é discutido o contexto da expansão marítima portuguesa, enquanto que na segunda é feito um breve enquadramento sociopolítico de São Tomé e Príncipe. Já, na terceira secção, são discutidas as diferentes fases de colonização de São Tomé e Príncipe, com particular foco no comércio de cacau, açúcar e escravos. Na quarta secção, é discutido o processo de independência do país e, por fim, na última secção, são identificados alguns dos eixos de política externa atuais de São Tomé e Príncipe, com destaque por exemplo, para as questões energéticas e ambientais.

Este artigo procura compreender como a trajetória colonial de São Tomé e Príncipe moldou as suas dinâmicas políticas e económicas contemporâneas, bem como a forma como o país procura afirmar-se hoje no contexto regional e global.

O contexto da expansão marítima

No século XIV Portugal estava preso entre Castela e o mar, confinado num espaço periférico, não apenas do ponto de vista europeu, mas do próprio ponto de vista peninsular. Daí resulta o que se chamou o impasse ibérico do reino e, à época, a única via possível para consagrar um caminho próprio era o mar.⁶

Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões. Quid Juris; Smis, S. (2001). The legal status of international land boundaries in Africa. In O. S. Barata & S. I. G. F. Piepoli (Eds.), *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África* (pp. 33–42). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

⁵ Lara, A. d. S. (2014). *Colonização Moderna, Descolonização e Dependência*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

⁶ Sousa, B. V. e. (2015). Idade Média (Séculos XI–XV). In R. Ramos (Ed.), *História de Portugal* (pp.

A conquista de Ceuta em 1415 marcou o ponto de partida da expansão portuguesa. Embora militarmente onerosa e economicamente pouco rentável, a conquista consolidou a ideia de uma “cruzada atlântica”, como um misto de fé (enquanto missão civilizadora) e de conquista material (a conquista das riquezas africanas). A partir daí, as viagens ao longo da costa africana assumiram uma lógica sistemática: reconhecimento, cartografia, contacto e, finalmente, ocupação.

O Infante D. Henrique foi uma figura central neste processo de expansão marítima, tendo organizado diversas expedições a partir de Sagres, estabelecendo uma política de exploração sistemática do Atlântico. Neste contexto, o arquipélago de Cabo Verde, a Madeira e os Açores tornaram-se laboratórios de colonização, com experiências agrícolas baseadas na cana-de-açúcar e no uso de mão de obra escravizada — modelo que seria posteriormente replicado em São Tomé.⁷

A exploração da costa ocidental de África tinha objetivos comerciais claros como: o acesso direto ao ouro da Guiné, ao marfim e, cada vez mais, à captura e comércio de escravos. A posição estratégica das ilhas do Golfo da Guiné descobertas na década de 1470, respondia a essa lógica: serviam de entreposto comercial, escala naval e, ponto de apoio logístico para o comércio transatlântico. Assim, a descoberta de São Tomé insere-se na racionalidade económica e política da expansão portuguesa, como parte de uma rede de domínios atlânticos orientada para o lucro e o controlo marítimo.⁸

A missão cristã de civilizar os povos, também desempenhou um papel importante. A Coroa portuguesa legitimava as explorações com o argumento de expandir a evangelização dos povos africanos, apoiando-se nas bulas papais *Romanus Pontifex* de 1455 e *Inter Caetera* de 1456, as quais concediam a Portugal o direito de conquista e exploração ao sul do Cabo Bojador.⁹

O enquadramento de São Tomé e Príncipe

O arquipélago de São Tomé e Príncipe foi descoberto pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar em 1470/71. A ocupação e posterior colonização durou 505 anos até à independência proclamada a 12 de julho de 1975. São Tomé e Príncipe é o segundo país mais pequeno

17-198). Esfera dos Livros.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

⁹ Martinez, P. S. (1986). *História Diplomática de Portugal*. Verbo; Sousa, B. V. e. (2015). Idade Média (Séculos XI-XV). In R. Ramos (Ed.), *História de Portugal* (pp. 17-198). Esfera dos Livros.

de África (o mais pequeno é o arquipélago, situado no Oceano Índico, das Seychelles), com uma dimensão territorial de cerca de 1000 quilómetros quadrados, a sua população, segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), rondará as duzentas mil pessoas.

No plano social, São Tomé e Príncipe apresenta indicadores relativamente positivos em comparação com muitos outros países africanos, incluindo baixa taxa de criminalidade. Apesar de se verificarem avanços na educação e saúde a cobertura e a qualidade dos serviços continuam limitadas.

O arquipélago desempenha um papel estratégico no Golfo da Guiné, devido à sua posição entre importantes rotas marítimas internacionais, às potencialidades energéticas offshore e ao papel de entreposto histórico no comércio regional. Essa localização geoestratégica faz de São Tomé e Príncipe um ator relevante, apesar de pequeno, na diplomacia regional e internacional.

As fases da colonização de São Tomé e Príncipe

A colonização de São Tomé e Príncipe, pode ser dividida fundamentalmente em três fases, cada uma orientada para atividades económicas distintas. Na primeira fase, a economia colonial baseou-se na produção de açúcar, sucedendo-lhe uma segunda fase apostada do tráfico negreiro e, por fim, uma terceira fase baseada no cultivo de cacau.

a) A produção de açúcar

Após a chegada dos portugueses, São Tomé foi transformado numa colónia de exploração agrícola, para esse efeito, a produção de açúcar foi a primeira grande atividade económica organizada, no entanto, o arquipélago enfrentava problemas a nível de mão-de-obra, uma vez que até à chegada dos portugueses se encontrava desabitado. Assim, para fazer face à falta de mão de obra, foram trazidos escravos africanos de diversas regiões, para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar.¹⁰

¹⁰ Caldeira, A. M. (2010). As ilhas do golfo da Guiné, a rivalidade colonial europeia e o tratado luso-espanhol de 1778. *Anais De História De Além-Mar*, 11, 177-212; Caldeira, A. M. (2011). Learning the ropes in the tropics: slavery and the plantation system on the island of São Tomé. *African Economic History*, 39(1), 35-71; Caldeira, A. M. (2013). Aprender os trópicos: plantações e trabalho escravo na ilha de São Tomé. In M. V. R. Machado, R. D. Gregório, & S. S. Silva (Eds.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX* (pp. 25-54). Cham; Edittip. (4 de Agosto de 2015). *São Tomé e Príncipe*. Da Terra E Do Território No Império Português. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://edittip.net/2015/08/04/sao-tome-e-principe/>; Serafim, C. M. S. (2000). *As Ilhas de São Tomé no Século XVII*. Universidade Nova de Lisboa (Centro de História de Além-Mar).

Durante o século XVI, a colónia tornou-se num dos principais exportadores de açúcar do império português, de facto, das 123 mil arrobas produzidas em 1528 passou-se a 200 mil em 1580 e cem engenhos de produção de açúcar em funcionamento.¹¹ Os trabalhadores eram trazidos principalmente do Golfo da Guiné e do reino de Benim e depois de Angola e do Congo.

Porém a concorrência do açúcar brasileiro, bem como sucessivas revoltas de escravos e ataques de corsários, contribuíram para o progressivo declínio deste setor. No que diz respeito às revoltas dos escravos, cabe destacar a revolta liderada por Amador em 1595, reconhecido como um herói nacional, tendo em conjunto com cerca de 5000 escravos destruído diversas plantações de cana-de-açúcar.¹² Amador chegou a capturar e controlar parte da ilha durante meses, no entanto, a resposta portuguesa seria brutal, acabando as forças coloniais por capturar e executar Amador, bem como centenas de outros escravos. Já, no que diz respeito aos ataques internacionais, cabe destacar a ocupação holandesa, encabeçada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, entre 1641 e 1648¹³, destruindo durante esse período diversos engenhos de produção de açúcar.

a) A economia negreira

Entre os séculos XVI e XVIII, para além do desenvolvimento do setor agrícola, o arquipélago assumiu também um importante papel do tráfico transatlântico de escravos. São Tomé era um entreposto estratégico, de onde partiam milhares de escravos para o Brasil e outras colónias nas Américas.¹⁴

A economia negreira, tornou-se tão relevante que, em certos momentos, ultrapassou a importância da produção local. O declínio da produção de açúcar foi acompanhado por, um período de despovoamento e recessão designado como, o Grande Pousio.¹⁵

¹¹ Edittip. (4 de Agosto de 2015). *São Tomé e Príncipe*. Da Terra E Do Território No Império Português. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://edittip.net/2015/08/04/sao-tome-e-principe/>.

¹² Freelon, K. (8 de Julho de 2024). *White gold, Black bodies: how a tiny African nation shaped the world*. The Guardian. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://www.theguardian.com/us-news/article/2024/jun/15/sao-tome-principe-excavation-slavery>.

¹³ Domingues, F. C. (2017). Parte II (1495-1820). In N. S. Teixeira, F. C. Domingues, & J. G. Monteiro (Eds.), *História Militar de Portugal* (pp. 207-388). Esfera dos Livros. Martinez, P. S. (1986). *História Diplomática de Portugal*. Verbo.

¹⁴ Caldeira, A. M. (2013). Aprender os trópicos: plantações e trabalho escravo na ilha de São Tomé. In M. V. R. Machado, R. D. Gregório, & S. S. Silva (Eds.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX* (pp. 25-54). Cham; Edittip. (4 de Agosto de 2015). *São Tomé e Príncipe*. Da Terra E Do Território No Império Português. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://edittip.net/2015/08/04/sao-tome-e-principe/>.

¹⁵ Seibert, G. (2015). Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação

Durante este período de transição, continuou a assistir-se a diversas revoltas e fugas de escravos, com a formação de comunidades de resistência, como os Angolares, muitas delas refugiadas nas montanhas no interior das ilhas. Simultaneamente, assistiu-se à formação de uma elite mestiça, passando os crioulos a ocupar papéis de relevância na sociedade colonial e, estando frequentemente envolvidos no comércio negreiro.¹⁶

b) A exploração do cacau e do café

No século XIX, em sequência ao enfraquecimento da economia açucareira, o cacau e o café tornaram-se nos principais produtos de produção agrícola no arquipélago. O cultivo do cacau expandiu-se rapidamente e, no início do século XX, São Tomé e Príncipe era um dos maiores produtores globais. No arquipélago, as “roças” – grandes plantações de colonos portugueses – dominavam tanto a paisagem como, a organização social e, continuamente, trabalhadores contratados de forma compulsória eram submetidos a regimes de exploração similares à escravidão (mesmo após a sua abolição).¹⁷

No que diz respeito ao café, este foi introduzido em 1787, e ainda que se tenha assistido a um aumento significativo na sua produção, a pequena nação insular não foi capaz de competir com a produção de café na América Latina, acabando este produto por assumir um papel secundário.

Por oposição, a economia do cacau manteve-se dominante e relevante até à década de 1950, apresentando no entanto sinais de esgotamento, como solos sobreexplorados, má gestão e baixa diversificação agrícola.

da vida social. *Anuário Antropológico*, 40(2), 99-120.

¹⁶ Caldeira, A. M. (2007). Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII. *Revista Arquipélago – História*, XI-XII, 49-72; Serafim, C. M. S. (2000). *As Ilhas de São Tomé no Século XVII*. Universidade Nova de Lisboa (Centro de História de Além-Mar); Seibert, G. (2015). Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico*, 40(2), 99-120.

¹⁷ Caldeira, A. M. (2011). Learning the ropes in the tropics: slavery and the plantation system on the island of São Tomé. *African Economic History*, 39(1), 35-71; Caldeira, A. M. (2013). Aprender os trópicos: plantações e trabalho escravo na ilha de São Tomé. In M. V. R. Machado, R. D. Gregório, & S. S. Silva (Eds.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX* (pp. 25-54). Cham; Edittip. (4 de Agosto de 2015). *São Tomé e Príncipe*. Da Terra E Do Território No Império Português. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://edittip.net/2015/08/04/sao-tome-e-principe/>; Macedo, M. (6 de Dezembro de 2020). *São Tomé, “a jóia do império.”* PÚBLICO. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://www.publico.pt/2020/12/06/sociedade/noticia/sao-tome-joia-imperio-1941374>.

A descolonização de São Tomé e Príncipe

No início do século XX, surgiram diversos movimentos nacionalistas e associações de estudantes, como a Associação dos Estudantes Negros, a Liga Académica Internacional dos Negros e jornais como o *Correio de África*. No pós-Segunda Guerra Mundial e, já num contexto de multiplicação de Estados recém independentes tanto na Ásia, como em África e de crescente tensão social e repressão, São Tomé e Príncipe foi elevado a província ultramarina portuguesa.

O episódio mais marcante deste período, terá sido porventura, o Massacre de Batepá em 1953 onde, centenas de trabalhadores foram mortos pelas forças coloniais, contribuindo para reforçar o sentimento nacionalista e independentista.

Na década de 1960, foi constituído o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), liderado por Miguel Trovoada e Manuel Pinto da Costa, tendo uma ligação de proximidade como o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e à luta armada pela independência, ainda que no arquipélago o processo tenha seguido principalmente a via política.

Com a Revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974 e, a chegada ao fim do regime do Estado Novo, encerrou-se também a Guerra Colonial e, a 12 de Julho de 1975 São Tomé tornou-se independente.

Os caminhos atuais

São Tomé e Príncipe, como já referimos, tornou-se independente a 12 de julho de 1975. Adotou uma constituição marxista de partido único e uma economia de direção centralizada. O partido único, MLSTP, nomeou Manuel Pinto da Costa como primeiro Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Em 1989, São Tomé e Príncipe tornou-se o primeiro país africano de língua portuguesa a anunciar a abolição do regime de partido único; em 28 de março de 1990, numa sessão conjunta, o Comité Central do MLSTP e a Assembleia Nacional Popular aprovaram por unanimidade a Constituição democrática.

Foram anunciadas eleições presidenciais e legislativas. Estas realizaram-se efetivamente a 20 de janeiro de 1991 (legislativas) e a 3 de março do mesmo ano (presidenciais); o MLSTP perdeu ambas as eleições e Miguel Trovoada foi eleito Presidente da República. A Constituição de São Tomé, muito baseada na Constituição portuguesa, estabelece um sistema de governo semipresidencial, onde coexistem o Presidente e o Primeiro-Ministro. O Presidente tem amplos poderes, nomeadamente em matéria de defesa e ne-

gócios estrangeiros, competindo-lhe também nomear e demitir o Governo; tem um mandato de cinco anos e pode ser reeleito uma vez. O Presidente Miguel Trovoada cumpriu dois mandatos (1991-1996 e 1996-2001), em 2001 Fradique de Meneses foi eleito Presidente e cumpriu o seu primeiro mandato entre 2001 e 2006 e o seu segundo mandato entre 2006 e 2011.

Em 2011, foi eleito (desta vez democraticamente) o Presidente Manuel Pinto da Costa, que terminou o seu mandato em 2016. Nesse ano - e após a demissão de Manuel Pinto da Costa, que se candidatava à sua própria sucessão - Evaristo Carvalho foi eleito e cumpriu o seu mandato em 2021. O Presidente em exercício, Evaristo de Carvalho, não se candidatou a um eventual segundo mandato e as eleições presidenciais realizaram-se em julho de 2021. Dezanove candidatos presidenciais foram aprovados pelo Tribunal Constitucional. Uma vez que nenhum destes candidatos alcançou a maioria absoluta, realizou-se uma segunda volta com os dois candidatos mais votados, da qual resultou a eleição de Carlos Vila Nova.¹⁸

No período pós-independência, tal como em muitos outros Estados recém independentes, São Tomé adotou um regime marxista-leninista com um único partido e, um modelo económico centralizado, situação que se manteve até 1989 com a transição para um regime democrático e a liberalização económica do Estado.¹⁹ O país tem passado por períodos de instabilidade política e, economicamente tem enfrentado desafios significativos, os quais contribuem para um fraco desempenho económico e maior dependência face a ajuda externa.²⁰

No entanto, apesar dos seus desafios, São Tomé está relativamente bem classificado nos rankings internacionais sobre democracia, sendo classificado como um país livre. De acordo com os dados da Freedom House de 2025, São Tomé obtém uma classificação de 84/100 e, da mesma forma, fica classificado em 2024 nos rankings da fundação Mo Ibrahim em 12º de 54 Estados.²¹

Também a nível securitário, o pequeno arquipélago revela-se quase como que uma exceção, num continente onde violência, insegurança e

¹⁸ Monteiro, M., Couto, A., Pavia, J. F., Coelho, T. L., & Soares, A. (2022). Eleições Presidenciais na República de São Tomé e Príncipe (18 de julho e 5 de setembro de 2021). *Polis*, 2(4), 185-194.

¹⁹ Pavia, J. F. (2022). Rent-seeking elites versus the disempowered: A case study on the impact of divergent interests on foreign policy in São Tomé and Príncipe. *Occasional Paper on Islands and Small States*, 1-14; Pavia, J. F. (2023). *Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões*. Quid Juris; Pavia, J. F. (2024). São Tomé e Príncipe e o Covid-19: Perspetivas Económicas, Políticas e Sociais Dentro e Fora da Região do Golfo da Guiné. *Política Internacional E Segurança*, 27-28, 9-32.

²⁰ Ibid.

²¹ Freedom House. (2025). São Tomé and Príncipe. In *Freedom House*. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://freedomhouse.org/country/sao-tome-and-principe/freedom-world/2025>; Mo Ibrahim Foundation. (2024). 2024 Ibrahim Index of African Governance.

medo são uma realidade do quotidiano. De facto, e em contraste com a epidemia de conflitos que assolam o continente, São Tomé tem gozado de uma significativa estabilidade securitária, sem conflitos civis, étnicos ou religiosos, a par de gozar de uma taxa de criminalidade baixa.

No domínio da política externa, integra diversas organizações internacionais como a ONU, a CPLP, a União Africana, a Comissão do Golfo da Guiné, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, entre outras. Estando bastante dependente do apoio económico externo, tem como principais parceiros económicos e de cooperação, países como Portugal, Angola, a Nigéria, a China ou ainda a nível de organizações, a União Europeia.²² A adesão a estas instituições, tem servido quer como instrumento de legitimação internacional, quer como plataformas de cooperação política, económica e securitária. No caso concreto da CPLP, São Tomé tem procurado reforçar laços históricos, culturais e económicos com Portugal, Angola e o Brasil.

Enquanto um pequeno Estado insular em desenvolvimento, com recursos limitados, a sua política externa caracteriza-se por um equilíbrio pragmático entre a procurar pelo reconhecimento internacional, a captação de apoio financeiro e, a gestão da sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné.

Relativamente ao relacionamento com a China, importa destacar a reviravolta liderada pelo então presidente Miguel Trovoada em 1997, a quando do estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan e, conseqüente rompimento das relações com a China em função da política “One China”. Mais tarde, em 2016, o filho de Miguel Trovoada, o primeiro ministro Patrice Trovoada, veio reverter a situação, rompendo o relacionamento com Taiwan e, voltando a estabelecer relações diplomáticas com a China, na sequência de promessas de investimento no contexto da “Belt and Road Initiative”.²³

²² Monteiro, M., Couto, A., Pavia, J. F., Coelho, T. L., & Soares, A. (2022). Eleições Presidenciais na República de São Tomé e Príncipe (18 de julho e 5 de setembro de 2021). *Polis*, 2(4), 185–194; Pavia, J. F. (2022). Rent-seeking elites versus the disempowered: A case study on the impact of divergent interests on foreign policy in São Tomé and Príncipe. *Occasional Paper on Islands and Small States*, 1–14; Pavia, J. F. (2023). *Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões*. Quid Juris; Pavia, J. F. (2024). São Tomé e Príncipe e o Covid-19: Perspetivas Económicas, Políticas e Sociais Dentro e Fora da Região do Golfo da Guiné. *Política Internacional E Segurança*, 27–28, 9–32.

²³ Pavia, J. F. (2022). Rent-seeking elites versus the disempowered: A case study on the impact of divergent interests on foreign policy in São Tomé and Príncipe. *Occasional Paper on Islands and Small States*, 1–14; Pavia, J. F. (2023). *Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões*. Quid Juris; Pavia, J. F. (2024). São Tomé e Príncipe e o Covid-19: Perspetivas Económicas, Políticas e Sociais Dentro e Fora da Região do Golfo da Guiné. *Política Internacional E Segurança*, 27–28, 9–32.

A rotura do relacionamento com Taiwan teve diversas implicações, desde logo a nível sanitário, na medida em que, durante o período de cooperação com Taiwan, a cooperação médica foi particularmente relevante para diminuir os casos de malária no arquipélago e, ao rompimento de relações diplomáticas com Taiwan, sucedeu o aumento do número de casos de malária.²⁴

A par da cooperação com a China, justifica-se realçar a importância da cooperação com a Nigéria, pela sua centralidade energética e como ator dominante no Golfo da Guiné e, com quem São Tomé estabeleceu acordos de exploração conjunta de petróleo, embora com resultados limitados, em grande medida pouco rentáveis para São Tomé, e por isso mesmo, consideravelmente aquém daquilo que era esperado pelas autoridades nacionais.²⁵

A segurança energética reveste-se hoje de particular importância, desde logo porque enfrenta como vasta gama de ameaças, como terrorismo, pirataria, eventos climáticos extremos, ciberataques, entre vários outros.²⁶ Adicionalmente, *“a forma como se interpreta a segurança energética varia conforme se trata de um país produtor e exportador (considerando aqui a produção de fontes de energias fósseis), ou se trata de um país importador”*.²⁷ Assim, referem os mesmos autores que *“o conceito de segurança energética deriva dos interesses nacionais, traduzindo-se, frequentemente, naquilo que pode descrever-se como a segurança da estabilidade de uma rede de relações de procura e oferta”*²⁸

O Golfo da Guiné é composto por um conjunto de países ricos em recursos naturais e exportadores, particularmente neste caso concreto, de petróleo. Entre os Estados que constituem a região, destacam-se Angola, a Nigéria, os Camarões, o Congo, a Costa do Marfim, São Tomé e a República do Chade.²⁹ O interesse global pela região do Golfo da Guiné pode ser

²⁴ Ibid.

²⁵ Pavia, J. F. (2022). Rent-seeking elites versus the disempowered: A case study on the impact of divergent interests on foreign policy in São Tomé and Príncipe. *Occasional Paper on Islands and Small States*, 1–14; Pavia, J. F. (2023). *Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões*. Quid Juris; Pavia, J. F. (2024). São Tomé e Príncipe e o Covid-19: Perspetivas Económicas, Políticas e Sociais Dentro e Fora da Região do Golfo da Guiné. *Política Internacional E Segurança*, 27–28, 9–32; Seibert, G. (9 de Julho de 2025). *The development zone that never was?* The Republic. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://rpublc.com/june-july-2025/nigeria-sao-tome-and-principe/>.

²⁶ Alexandre, A., Simões, J., & Costa, A. (2025). Segurança Energética Europeia: O Papel da Bacia Mediterrânica. *Nação E Defesa*, 170, 31–61.

²⁷ Alexandre et al. (2025, p. 38).

²⁸ Ibid.

²⁹ Apesar de não ter acesso direito ao mar, as suas exportações petrolíferas são feitas através dos Camarões, pelo que podemos considerar a República do Chade como parte do Golfo da Guiné.

explicada de várias formas e por várias razões, no entanto, entre as várias possíveis razões que explicam a atração de vários interesses de diferentes zonas para a mesma região, devemos destacar os recursos energéticos.³⁰

Apesar da sua atratividade, a abundância de recursos energéticos, é também acompanhada de desafios securitários, como a pirataria³¹ e a radicalização de grupos terroristas de matriz islâmica.³² Desafios que constituem riscos significativos, numa região onde os governos são na sua maioria desprovidos de meios, políticas e estratégias efetivas de combate.³³

Por isso mesmo, a segurança marítima³⁴ é também bastante importante para São Tomé e, de um modo geral, para o Golfo da Guiné.³⁵ No caso de São Tomé, o combate à pirataria envolve a cooperação com Portugal e outros Estados e instituições multilaterais, com o acolhimento de missões navais e participação em exercícios militares conjuntos.^{36,37}

Por fim, não menos importantes, são as preocupações ambientais das autoridades de São Tomé. De facto, o domínio ambiental tem vindo a ganhar progressiva centralidade na política externa de São Tomé e Príncipe,

³⁰ Barros, M. A. (2013). O Golfo da Guiné e a Segurança Energética Global: Oportunidades e Desafios Subjacentes à Região. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 9, 123–144.

³¹ A expressão pirata deriva do grego “*peirates*”, que segundo Rodrigues e Simões (2025, p.15), “*pode ser entendido como a designação de uma pessoa que ataca um navio*”, sendo a pirataria definida como o “*equivalente ao roubo ou ao banditismo com a única diferença de que ocorre na água (...) [já] o banditismo traduz-se no assalto à mão armada com recurso à violência ou à ameaça de violência em áreas remotas fora do controlo efetivo do governo*” (Rodrigues & Simões, 2025, p.15) in Rodrigues, C., & Simões, J. C. M. (2025). Pirataria no estreito de Malaca: dinâmicas e desafios na cooperação regional. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 30, 9–35.

³² Barros, M. A. (2013). O Golfo da Guiné e a Segurança Energética Global: Oportunidades e Desafios Subjacentes à Região. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 9, 123–144; Pavia, J. F. L. Z. (2018). From the Gulf of Aden to the Gulf of Guinea; Paradigm Shift? In J. F. L. Z. Pavia (Ed.), *Studies on International Relations and Security* (pp. 5–20). Universidade Lusíada Editora.

³³ Ibid.

³⁴ Para melhor compreender a segurança marítima, é vantajoso diferenciarmos entre *maritime security* e *maritime safety*. A *maritime security*, diz respeito à proteção no mar e, engloba ameaças e riscos como terrorismo, pirataria, assalto à mão armada contra navios, poluição marítima, crimes ambientais e de depredação de recursos marinhos, imigração clandestina entre outros. Pelo que diz respeito à integridade do ser humano, dos bens materiais como as instalações portuárias e as embarcações e, os recursos marinhos. Por sua vez, a *maritime safety*, diz respeito à segurança da navegação, às missões de busca e salvamento, entre outras atividades. In Lourenço, A. J. P. (2012). Segurança Marítima Cooperativa: Perspetivas face às Novas Ameaças. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 6–7, 97–122.

³⁵ Lourenço, A. J. P. (2011). Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP. *Nação E Defesa*, 128(5), 29–40.

³⁶ Destaca-se por exemplo, o papel fundamental da cooperação portuguesa através do destacamento do navio patrulha “Zaire”.

³⁷ Bernardino, L. M. B. (2011). A Segurança Marítima no Seio da CPLP: contributos para uma estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação E Defesa*, 128(5), 41–66.

em linha com a sua condição de pequeno Estado insular em desenvolvimento altamente vulnerável às alterações climáticas, à erosão costeira e à degradação dos ecossistemas marinhos, tal como se verifica com a generalidade dos Estados insulares.³⁸

As suas vulnerabilidades ambientais, têm facilitado o acesso do pequeno arquipélago a mecanismos internacionais de financiamento climático e, de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

No espaço africano, a pertença à Comissão do Golfo da Guiné tem permitido articular preocupações ambientais com questões de segurança marítima, especialmente no que se refere ao combate à pesca ilegal, ao tráfico marítimo e à poluição oceânica.

Em termos prospetivos, a política externa de São Tomé e Príncipe deverá continuar a articular-se em torno de três eixos fundamentais: (i) aprofundamento das relações no espaço lusófono e africano; (ii) manutenção da parceria estratégica com a China e outros atores emergentes; (iii) aposta crescente na diplomacia ambiental e marítima, em linha com a sua condição de Estado insular vulnerável às alterações climáticas.

Conclusões

A análise histórica e contemporânea de São Tomé e Príncipe evidencia a continuidade e transformação do legado colonial português ao longo de cinco séculos. A colonização moldou a organização económica do arquipélago, introduzindo atividades como a produção de açúcar, o comércio de escravos e o cultivo de cacau, cujas repercussões sociais e económicas se refletem ainda hoje. A independência, conquistada em 1975, abriu caminho a um percurso político caracterizado inicialmente por um regime marxista-leninista e posteriormente por uma transição democrática e pluralista, consolidando instituições políticas relativamente estáveis no contexto africano.

No plano internacional, São Tomé e Príncipe desenvolveu uma política externa pragmática, procurando equilibrar reconhecimento internacional, captação de recursos financeiros e gestão da sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné. A cooperação estratégica com a China, Nigéria, parceiros lusófonos e organismos multilaterais revela um esforço consistente de inserção global, alinhando interesses económicos, políticos e de segurança. Em particular, a segurança marítima e o combate à pirataria

³⁸ Costa, Maria Amélia; Simões, João. "Climate change and sea level rise in the south pacific: prospects for the future of small island developing states". *Janus.net, e-journal of international relations* 15 2 (2025): 5-23. Simões, João. "SIDS e alterações climáticas: perspetivas sobre o Anel de Fogo do Pacífico". *Polis* 2 8 (2024): 69-77.

assumem relevância central, dada a posição estratégica do arquipélago em rotas internacionais de transporte e à proximidade de importantes campos petrolíferos offshore. São Tomé tem procurado enfrentar estas ameaças através de cooperação regional, exercícios militares conjuntos e integração em organismos de segurança marítima, demonstrando a necessidade de políticas adaptativas e multidimensionais de proteção territorial.

Paralelamente, a questão ambiental tornou-se um eixo estratégico da política nacional e externa. A vulnerabilidade às alterações climáticas, à erosão costeira e à degradação de ecossistemas marinhos transforma a conservação ambiental numa prioridade, tanto para garantir o desenvolvimento sustentável interno quanto para reforçar a influência diplomática. A participação em mecanismos de financiamento climático, projetos de cooperação internacional e iniciativas regionais, como a Comissão do Golfo da Guiné, evidencia a forma como São Tomé combina preocupações ambientais com segurança marítima e gestão de recursos.

Em síntese, a trajetória de São Tomé e Príncipe demonstra como um pequeno Estado insular pode, através da gestão estratégica da sua herança histórica, posição geoestratégica e recursos naturais, afirmar-se no espaço regional e global. A conjugação de história, política, economia e meio ambiente revela-se essencial para compreender a capacidade de resiliência e desenvolvimento sustentável do país, oferecendo lições relevantes para o estudo de outros Estados insulares e nações pós-coloniais.

Referências

- Alexandre, A., Simões, J., & Costa, A. (2025). Segurança Energética Europeia: O Papel da Bacia Mediterrânica. *Nação E Defesa*, 170, 31–61.
- Barros, M. A. (2013). O Golfo da Guiné e a Segurança Energética Global: Oportunidades e Desafios Subjacentes à Região. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 9, 123–144.
- Bernardino, L. M. B. (2011). A Segurança Marítima no Seio da cPLP: contributos para uma estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação E Defesa*, 128(5), 41–66.
- Caetano, M. (1971). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Edições Ática.
- Caldeira, A. M. (2007). Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII. *Revista Arquipélago – História*, XI–XII, 49–72.
- Caldeira, A. M. (2010). As ilhas do golfo da Guiné, a rivalidade colonial europeia e o tratado luso-espanhol de 1778. *Anais De História De Além-*

- Mar, 11, 177-212.
- Caldeira, A. M. (2011). Learning the ropes in the tropics: slavery and the plantation system on the island of São Tomé. *African Economic History*, 39(1), 35-71.
- Caldeira, A. M. (2013). Aprender os trópicos: plantações e trabalho escravo na ilha de São Tomé. In M. V. R. Machado, R. D. Gregório, & S. S. Silva (Eds.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX* (pp. 25-54). Cham.
- Costa, Maria Amélia; Simões, João. (2025). "Climate change and sea level rise in the south pacific: prospects for the future of small island developing states". *Janus.net, e-journal of international relations* 15 (2), 5-23.
- Domingues, F. C. (2017). Parte II (1495-1820). In N. S. Teixeira, F. C. Domingues, & J. G. Monteiro (Eds.), *História Militar de Portugal* (pp. 207-388). Esfera dos Livros.
- Editip. (4 de Agosto de 2015). *São Tomé e Príncipe*. Da Terra E Do Território No Império Português. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://editip.net/2015/08/04/sao-tome-e-principe/>
- Freedom House. (2025). São Tomé and Príncipe. In *Freedom House*. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://freedomhouse.org/country/sao-tome-and-principe/freedom-world/2025>
- Freelon, K. (8 de Julho de 2024). *White gold, Black bodies: how a tiny African nation shaped the world*. The Guardian. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://www.theguardian.com/us-news/article/2024/jun/15/sao-tome-principe-excavation-slavery>
- Januário, R., & Gameiro, A. (2016). *A Globalização e a Geopolítica Internacional*. Escolar Editora.
- Lara, A. d. S. (2014). *Colonização Moderna, Descolonização e Dependência*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Lourenço, A. J. P. (2011). Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP. *Nação E Defesa*, 128(5), 29-40.
- Lourenço, A. J. P. (2012). Segurança Marítima Cooperativa: Perspetivas face às Novas Ameaças. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 6-7, 97-122.
- Macedo, M. (6 de Dezembro de 2020). *São Tomé, "a jóia do império."* PÚBLICO. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://www.publico.pt/2020/12/06/sociedade/noticia/sao-tome-joia-imperio-1941374>
- Martinez, P. S. (1986). *História Diplomática de Portugal*. Verbo.
- Milza, P. (2017). *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*. Edições70.
- Mo Ibrahim Foundation. (2024). 2024 Ibrahim Index of African Governance. In *Mo Ibrahim Foundation*.

- Monteiro, M., Couto, A., Pavia, J. F., Coelho, T. L., & Soares, A. (2022). Eleições Presidenciais na República de São Tomé e Príncipe (18 de julho e 5 de setembro de 2021). *Polis*, 2(4), 185–194.
- Moreira, R. (2004). África: um continente perdido? *Lusíada. Relações Internacionais. Porto*, 5, 175–186.
- Motta, C. C. L. S. (2000). Paz e Conflito em África. *Lusíada. Relações Internacionais. Porto*, 1, 51–57.
- Pavia, J. F. L. Z. (2018). From the Gulf of Aden to the Gulf of Guinea; Paradigm Shift? In J. F. L. Z. Pavia (Ed.), *Studies on International Relations and Security* (pp. 5–20). Universidade Lusíada Editora.
- Pavia, J. F. (2021). Nation State and Armed Conflicts. *Academia Letters*, 1–5.
- Pavia, J. F. (2022). Rent-seeking elites versus the disempowered: A case study on the impact of divergent interests on foreign policy in São Tomé and Príncipe. *Occasional Paper on Islands and Small States*, 1–14.
- Pavia, J. F. (2023). *Estudos de Relações Internacionais: A África Contemporânea e as suas Extensões*. Quid Juris.
- Pavia, J. F. (2024). São Tomé e Príncipe e o Covid-19: Perspetivas Económicas, Políticas e Sociais Dentro e Fora da Região do Golfo da Guiné. *Política Internacional E Segurança*, 27–28, 9–32.
- Rodrigues, C., & Simões, J. C. M. (2025). Pirataria no estreito de Malaca: dinâmicas e desafios na cooperação regional. *Lusíada. Política Internacional E Segurança*, 30, 9–35.
- Seibert, G. (2015). Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico*, 40(2), 99–120.
- Seibert, G. (9 de Julho de 2025). *The development zone that never was? The Republic*. Consultado a 28 de Agosto de 2025, in <https://rpublc.com/june-july-2025/nigeria-sao-tome-and-principe/>
- Serafim, C. M. S. (2000). *As Ilhas de São Tomé no Século XVII*. Universidade Nova de Lisboa (Centro de História de Além-Mar).
- Simões, João. (2024) “SIDS e alterações climáticas: perspetivas sobre o Anel de Fogo do Pacífico”. *Polis* 2 (8), 69-77.
- Smis, S. (2001). The legal status of international land boundaries in Africa. In O. S. Barata & S. I. G. F. Piepoli (Eds.), *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África* (pp. 33–42). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sousa, B. V. e. (2015). Idade Média (Séculos XI-XV). In R. Ramos (Ed.), *História de Portugal* (pp. 17–198). Esfera dos Livros.